



ATA - SEEC/CIG
26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 10 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala de reuniões do gabinete, 9º andar, sala 924 do Ed. Anexo do Buriti, reuniram-se os membros do Comitê Interno de Governança (CIG): Sra. Ledamar Sousa Resende, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Economia (Seec); Sr. Otávio Veríssimo Sobrinho, Coordenador do CIG e Secretário Executivo de Gestão da Estratégia (SGE); Sr. Daniel Riehl, Secretário Executivo de Contratos (Secont); Sr. Anderson Roepke, Secretário Executivo de Fazenda (Sefaz); Sr. Wisney Rafael Alves Oliveira, Secretário Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic); Sra. Magda dos Santos Volpe, Secretária Executiva de Administração e Logística (Sealog); Sr. Epitácio Nascimento Júnior, Secretário Executivo de Valorização e Qualidade de Vida (Sequali); Sra. Ana Paula Cardoso Silva, Assessora da Secretaria Executiva de Finanças, Orçamento e Planejamento (Sefin); Sr. Ângelo Roncalli de Ramos Barros, Secretário Executivo de Gestão Administrativa (Segea); Sr. Roberto Imbroisi Oliveira, Ouvidor da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (OUV); Sr. Gutierrez Mercês, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa Substituto (AJL); Sra. Aline Nunes Pereira Batista, Chefe da Unidade de Controle Interno Substituta (UCI); Sra. Priscila de Paula, Subsecretária de Governança, Análise e Gestão da Estratégia (Sugest); e a Sra. Anna Cristina Cypriano de Oliveira Miguel, Subsecretária de Processos e de Projetos Institucionais e Inovação (SPPII). A reunião foi conduzida pela Sra. Ledamar Resende e coordenada pelo Sr. Otávio Veríssimo, seguindo pauta predefinida (186286889).

Abertura da 26ª Reunião Ordinária do CIG/SEEC

Após cumprimentar os presentes e confirmar o quórum necessário para a realização da reunião, a Sra. Ledamar Resende ressaltou a importância da atuação do CIG em função das diversas pautas de Governança apresentadas pelos órgãos de controle, em especial as Decisões do TCDF, em seguida, declarou abertos os trabalhos. O Sr. Otávio Veríssimo submeteu à deliberação a Ata da 25ª Reunião Ordinária do CIG, a qual foi aprovada pelos membros do Comitê. Em seguida, deu prosseguimento à reunião, iniciando a apresentação dos itens constantes na pauta.

1 – Profisco II e PNAFM III :

A Subsecretária de Processos e de Projetos Institucionais e Inovação, Sra. Anna Cristina, apresentou o status de execução dos programas PROFISCO II e PNAFM III. Com relação ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM III), foi informado que o programa tem data de finalização prevista para 28 de dezembro de 2025. O total de recursos desembolsados e já contratados é de aproximadamente R\$ 49 milhões, com uma contrapartida aportada de cerca de R\$ 5,4 milhões. Atualmente, o programa aguarda a entrega de equipamentos e do mobiliário para a realização dos pagamentos finais.

Quanto ao Programa de Modernização da Gestão Fiscal (PROFISCO II), a Sra. Anna Cristina informou que a próxima reunião de monitoramento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está agendada para 8 de dezembro. Conforme o Processo nº 04044-00036943/2025-63, a atualização dos valores de contrapartida e reembolso foi finalizada em 30 de outubro.

Os valores de reembolso do BID totalizam aproximadamente R\$ 23 milhões, enquanto a contrapartida local é de cerca de R\$ 33,4 milhões. Foi destacado que a contrapartida contratual está 86% executada e que os valores de reembolso, totalizando aproximadamente R\$ 23 milhões, já foram informados ao gabinete e encaminhados ao Banco para análise. Após a aprovação, esses recursos entrarão nos códigos do DF e permitirão a baixa na contrapartida. Os contratos já estão sendo pagos com recursos do PROFISCO e

receberam declaração de elegibilidade pelo Banco.

Em relação à auditoria independente, a Sra. Anna Cristina esclareceu que, embora o Tribunal de Contas do DF (TCDF) tenha atuado como auditor no PROFISCO I, a instituição confirmou oficialmente que não possui pessoal nem condições de atender aos prazos exigidos pelo Banco para o PROFISCO II. Diante disso, a Secretaria já iniciou o processo de contratação de uma empresa de auditoria externa, seguindo estritamente as regras definidas pelo Banco, com a possibilidade de contratação direta para agilizar o processo. A Sra. Anna Cristina adiantou que, para a próxima reunião do CIG, pretende apresentar um balanço geral do PROFISCO e do PNAFM, bem como do Planejamento Estratégico Institucional, mostrando onde a Secretaria está e o que ainda falta para ser realizado.

2 – Gestão de Riscos :

A Srta. Priscila de Paula, apresentou um resumo das ações de gestão de risco, agradecendo a participação de 88 servidores nas oficinas realizadas em atendimento a uma recomendação do Tribunal de Contas. No último dia, o Sr. Ângelo Roncalli acompanhou os trabalhos da equipe. Foi destacado que a implementação da gestão de riscos na Secretaria tem um prazo de três anos, com foco inicial nos riscos estratégicos, para os quais foi estipulado um prazo de 90 dias para a elaboração das matrizes. Priscila ressaltou a importância de alinhar as comunicações sobre o tema com a Subsecretaria de Governança, Análise e Gestão da Estratégia (Sugest) para evitar ruídos, como a publicação simultânea de diferentes manuais de risco.

O Sr. Otávio Veríssimo reforçou a importância da ação coordenada, lembrando que, regimentalmente, a Sugest possui atribuição específica para a gestão de riscos. Destacou que a gestão de risco se desdobra em várias camadas e que, ao longo das 26 reuniões do CIG, a questão já foi abordada diversas vezes, começando pela primeira reunião, quando foi provocada por uma auditoria. Mencionou que a Secretaria não tinha praticamente nada estruturado em relação à gestão de riscos e que, desde então, vem organizando todo esse processo, com as executivas se atentando para a questão.

O Sr. Wisney Oliveira, da SETIC, informou que a Secretaria foi cobrada pela CGDF em relação a uma auditoria de 2022. Em resposta, foi emitida uma circular recomendando a todas as áreas da SETIC que incluam, em suas compras de TI, um checklist voltado para gestão de risco e gerenciamento de risco, especialmente no momento da elaboração do ETP (Estudo Técnico Preliminar) e na execução dos contratos. Essa circular foi publicada e, em breve, será implementado um plano de checklist que será encaminhado à Secont e à Sugest para cobrança via Ordem de Serviço. Destacou que a nova lei de contratação é fortemente baseada em gestão de riscos, especialmente para a área de TI, e que a Secretaria precisa amadurecer nesse aspecto.

3 – Adequação ao Novo CNPJ Alfanumérico :

O Sr. Wisney Oliveira informou que foi aprovada uma lei que vai adicionar caracteres alfanuméricos ao CNPJ, o que impacta diretamente todos os sistemas que utilizam o CNPJ em sua base cadastral. Explicou que existe um algoritmo que valida o CNPJ, assim como ocorre com o CPF, e que haverá mudança nessa lógica matemática para verificação dos dígitos verificadores. A SETIC realizou um levantamento de sistemas, mas solicitou a todos os clientes, não apenas os presentes na reunião, mas a nível GDF, que informem quais sistemas possuem e se são sustentados pela SETIC, para que sejam feitas as devidas correções. Destacou que pode haver sistemas que foram desenvolvidos há anos e que não estão no radar da SETIC, por isso é fundamental que as áreas respondam ao processo encaminhado, informando quais sistemas precisam de correção.

O prazo para a entrada em vigor da nova modalidade de CNPJ é junho de 2026. A partir dessa data, novas empresas já receberão CNPJ no formato alfanumérico. Wisney alertou que é importante que as áreas colaborem com o levantamento para que a SETIC não seja pega de surpresa e possa realizar as adequações necessárias em tempo hábil. Informou ainda que a mudança também aumentará a capacidade de emissão de CNPJs, ampliando a quantidade de raízes disponíveis. Mencionou que aproximadamente um terço dos sistemas já foi adaptado e que o trabalho de adequação está em andamento, com previsão de conclusão em novembro.

4 – PCA 2026 - Plano de Contratações Anual:

A Sra. Magda Volpe, apresentou o processo de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) para 2026. Destacou-se que a Secretaria de Economia é responsável pela gestão do sistema de compras do GDF, conforme Decreto nº 44.330. O PCA deve conter todas as aquisições previstas para o ano seguinte e é pré-requisito para a realização de licitações, conforme a Lei nº 14.133/2021. Ressaltou-se que a descentralização da gestão das aquisições para as secretarias executivas visa maior aderência às necessidades específicas de cada área, evitando repetições e aquisições desnecessárias. O prazo para inserção das demandas pelos técnicos é 8 de dezembro, com validação pelos gestores até 15 de dezembro. Exceções, como cursos e capacitações que surgem ao longo do ano, poderão ser tratadas à parte, pois nem sempre é possível prever todas as necessidades com antecedência. A cada ano, o processo vem sendo aprimorado, e a expectativa é que, até 2027, o sistema esteja consolidado e as exceções sejam minimizadas.

5 – Vedações Período Eleitoral:

O Sr. Gutierry Mercês (AJL) apresentou um resumo sobre as vedações legais aplicáveis ao período eleitoral de 2026, destacando a complexidade do tema e a importância de os gestores terem cautela para evitar sanções. A apresentação foi dividida em duas frentes: fiscal e eleitoral.

Na esfera fiscal, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), foi ressaltado que, a partir de 4 de julho de 2026 (180 dias antes do pleito), não será possível aumentar a despesa de pessoal. Foi abordado o artigo 42 da LRF, que proíbe contrair despesas no final do mandato que não possam ser pagas no mesmo exercício, a menos que haja disponibilidade de caixa, sendo crucial o controle do fato gerador da despesa para contratos plurianuais.

Na esfera eleitoral, com base na Lei nº 9.504/1997, as principais vedações iniciam-se em 4 de julho de 2026 (três meses antes do pleito) e abrangem todos os agentes públicos. As restrições incluem a nomeação e contratação de pessoal (com exceções para cargos em comissão e concursos homologados para suprimento de vacância), a realização de publicidade institucional (com limites de gastos no primeiro semestre e proibição total a partir de julho), a presença em inaugurações de obras e a realização de transferências voluntárias. Programas sociais também sofrem restrições, sendo proibida a distribuição gratuita de bens durante todo o ano eleitoral, exceto para programas já em curso e situações de calamidade.

Como recomendação, foi sugerido que reajustes de pessoal sejam feitos até 6 de abril de 2026, que as contratações de serviços contínuos sejam efetivadas até 1º de maio, e que a Secretaria de Economia acompanhe rigorosamente a concessão de créditos adicionais para programas sociais. A AJL se colocou à disposição para dirimir dúvidas e que está à disposição para se necessário for acompanhar e orientar as demais secretarias executivas quanto ao cumprimento das vedações fiscais e eleitorais, inclusive em relação à concessão de créditos adicionais e gestão de contratos. As áreas deverão observar rigorosamente os prazos e restrições apresentados.

6 – Assuntos Gerais

Foram registrados elogios à equipe da SEALOG, em especial à Subsecretária de Engenharia, Arquitetura e Manutenção- Elizabete Borges - pelas obras e melhorias realizadas no Palácio do Buriti, incluindo a reforma do telhado, que foi concluída antes do período de chuvas. Informou-se que está prevista a reforma do Berçário Buriti para o período de 5 de janeiro a 5 de fevereiro de 2026, com melhorias no ambiente e nos serviços.

O Sr. Epitácio Nascimento destacou as atividades realizadas no Mês do Servidor, com 144 ações promovidas pelos órgãos do GDF ao longo do mês. Informou que, no dia 15 de dezembro (sábado), será realizada a Corrida do Servidor, em parceria com a Secretaria de Esportes. A corrida terá capacidade para cinco mil corredores e as inscrições se esgotaram rapidamente (em cerca de 40 minutos). A Secretaria de Economia elaborou uma lista de servidores contemplados. A largada será às 17h, em frente ao Palácio do Buriti, com percursos de 5 km e 10 km. Os kits serão entregues nos dias 13 e 14 de dezembro (quinta e sexta-feira), a partir das 9h, na Academia Buriti. Os e-mails de convocação estão sendo enviados pela Sequali, e foi recomendado que os servidores verifiquem suas caixas de entrada e spam.

Quanto à Medalha Mérito Economia, ficou estabelecido com o gabinete que o evento será realizado na última semana de fevereiro, possivelmente no dia 25 de fevereiro de 2026 (quarta-feira). A data foi escolhida para evitar conflito com a agenda de inaugurações de março, que será intensa. O evento é institucional da

Secretaria de Economia, e a presença dos executivos é fundamental, especialmente dos membros do Conselho da Medalha, pois há protocolo específico, com pré-cerimônia para entrega das medalhas aos conselheiros. Foi solicitado que os executivos reservem a data na agenda e que revisem as indicações para a medalha, pois pode haver coincidência com indicações para a Medalha Alberto Burity (da Casa Civil). A revisão das indicações será solicitada no início de fevereiro.

O Sr. Roberto Imbroisi, da Ouvidoria, informou sobre a criação do Conselho de Defesa do Usuário, conforme [RESOLUÇÃO Nº 07, DE 29 DE ABRIL DE 2025](#). Ainda não há muitas informações sobre o funcionamento, mas a Ouvidoria Geral deve enviar orientações em breve. Informou também sobre mudança nos prazos para atendimento de demandas da Ouvidoria. Atualmente, os prazos são contados de forma corrida (incluindo sábados, domingos e feriados). A mudança prevista alinhará os prazos da Ouvidoria aos da Lei de Acesso à Informação (LAI), passando a contar apenas dias úteis. Se o registro for feito no dia 1º, a contagem começará no dia 2, excluindo finais de semana, feriados e pontos facultativos. O prazo se encerrará no vigésimo dia útil.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Otávio Veríssimo encerrou a reunião determinando a elaboração e posterior disponibilização da presente ata aos participantes. Após a devida assinatura pelos membros, o documento será encaminhado à Assessoria de Comunicação (Ascom) para publicação no site oficial da Secretaria de Estado de Economia, em conformidade com o disposto no inciso VI do Art. 10 e no inciso IV do Art. 12 do Decreto nº 39.736, de 28 de março de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **ANNA CRISTINA CYPRIANO DE OLIVEIRA MIGUEL - Matr.0125648-3, Subsecretário(a) de Processos e de Projetos Institucionais e Inovação**, em 28/11/2025, às 17:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEDAMAR SOUSA RESENDE - Matr.0031800-0, Chefe de Gabinete**, em 01/12/2025, às 10:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ÂNGELO RONCALLI DE RAMOS BARROS - Matr.0175442-4, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão Administrativa**, em 01/12/2025, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EPITACIO DO NASCIMENTO SOUSA JUNIOR - Matr.0278833-0, Secretário(a) Executivo(a) de Valorização e Qualidade de Vida**, em 01/12/2025, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO IMBROISI OLIVEIRA - Matr.0137715-9, Ouvidor(a)**, em 01/12/2025, às 17:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **WISNEY RAFAEL ALVES OLIVEIRA - Matr.0279261-3, Secretário(a) Executivo(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 08/12/2025, às 18:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **OTÁVIO VERÍSSIMO SOBRINHO - Matr.0191939-3, Secretário(a) Executivo(a) de Gestão da Estratégia**, em 18/12/2025, às 18:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RIEHL - Matr.0127608-5, Secretário(a) Executivo(a) de Contratos**, em 26/12/2025, às 14:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAGDA DOS SANTOS VOLPE - Matr.0281983-X, Secretário(a) Executivo(a) de Administração e Logística**, em 30/12/2025, às 17:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=188185132 código CRC= **509B0924**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Anexo Palácio do Buriti, sala 715 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s): 3414-6256
Sítio - www.economia.df.gov.br